

DOCENTES DA UFRB

EXIGEM O MÍNIMO DE 8 HORAS EM SALA DE AULA

LDB - LEI NO 9.394/1996

ART. 57



Ainda no dia 19 de março deste ano, o professor David Teixeira, presidente da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR), afirmava que as reivindicações da pauta local que envolviam diretamente a questão funcional do professor não havia sido atendida pela reitoria. O professor afirmou categoricamente que a administração central da UFRB maltratava seus professores, e a prova disso era o desrespeito com os direitos docentes. Passados três meses em que esta fala foi proferida, a APUR se viu mais uma vez diante da comprovação deste fato. A administração central da UFRB se negou a assegurar o direito das 8 horas mínimas em sala de aula.

Um direito que é assegurado pelo artigo 57 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)- Lei Nº 9.394/1996, que é quem define e regulariza o sistema de educação do Brasil de acordo ao que reza a Constituição: "Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas"; em resposta, o reitor, Prof. Paulo Gabriel, encaminhou no dia 10 de junho de 2014, pelo seu email institucional, uma minuta de resolução sobre o regime de trabalho que desconsidera as reivindicações da categoria aprovada em assembleia geral, e mais, ainda amplia

a carga horária mínima dos docentes em regime de 20 horas, provando assim, mais uma vez, que o cumprimento dos direitos daqueles que ajudam a construir a universidade, o docente, não é uma prioridade da atual administração da UFRB.

Mesmo com esta resposta desanimadora, afinal, os Conselhos da universidade têm como principal poder a reitoria, a APUR não se deu por vencida, continuou com a campanha pelo mínimo de 8 e máximo de 12 horas em atividades de sala de aula. Este tem sido um tema recorrente em todos os encontros dos docentes, que não conseguem aceitar e compreender como a reitoria pode ter alguma dificuldade em garantir um direito que está na lei, e que já tem sido posto em prática em outras instituições, a exemplo da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Como bem lembrou o professor Antonio Eduardo de Oliveira, secretário da APUR, discutir a carga horária é discutir o modelo de universidade. A associação se recusa a ficar paralisada diante de tamanha falta de respeito pelos direitos docentes. A luta pelo direito às 8 horas mínimas em sala de aula continua. Os docentes têm gritado para quem quiser ouvir que não querem esperar, eles exigem o mínimo de 8 e máximo de 12 horas já.

EDITORIAL

Chegamos a mais uma edição de nosso boletim. Nela, trazemos discussões que comprovam a necessidade e urgência de avançarmos nas mobilizações para que tenhamos as pautas de 2014 atendidas. A mobilização dos docentes da UFRB no início deste ano já provocou medidas positivas no plano local, o movimento conseguiu que algumas pautas de 2012 saíssem do papel. Em contrapartida, a pauta prioritária de 2014 segue sem reposta positiva.

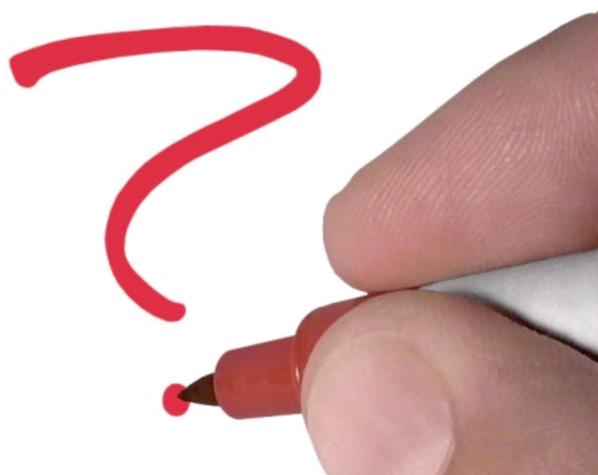
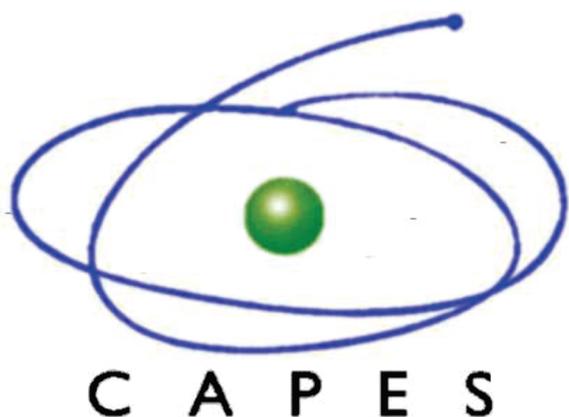
A posição errática da direção do ANDES-SN em não concentrar todos os esforços na greve nacional a partir da pauta da categoria, prejudicou que as mobilizações ganhassem força pelo país criando uma ação nacional que pressionasse o governo federal a negociar no intuito de destinar recursos públicos para os serviços públicos, ao invés de insistir na "preservação do equilíbrio fiscal", que defende o superávit primário que drena 40% dos recursos para os bolsos do capital financeiro.

As maiores organizações nacionais dos trabalhadores como a CUT, UNE e MST identificaram que é preciso uma Reforma Política para que as aspirações dos trabalhadores possam ser aprovadas no Congresso Nacional, já que com esse Congresso não dá, não passa as reivindicações! Por isso, estamos empenhados na organização do Plebiscito Popular por uma Constituinte para Reforma Política, articulado com as pautas específicas da nossa categoria.

Na pauta local, avançaremos na campanha das 8 horas mínimas e 12 horas máximas para as atividades de sala de aula e a disponibilização de um servidor por colegiado de curso, pauta prioritária não atendida pela administração da UFRB.

Comemoraremos os nove anos da UFRB fazendo um seminário de avaliação, na certeza de que estamos trabalhando para uma UFRB mais democrática, socialmente referenciada, autônoma e verdadeiramente inclusiva e de excelência.

PRODOUTORAL 2014 - CAPACITAÇÃO DOCENTE CONTINUA SENDO UM EMPECILHO NA UFRB



A APUR tem recebido, constantemente, queixas referentes aos processos de afastamento para qualificação, os quais colocam, muitas vezes, o docente em situação constrangedora, mesmo que ele esteja apenas fazendo uso de um direito que promoverá um salto qualitativo e quantitativo necessário para universidade. A reitoria da UFRB, não satisfeita, também não vem pagando as férias dos docentes afastados. Não bastasse tudo isso, agora os docentes procuraram o sindicato denunciando a ausência de informações e recebimento das bolsas do PRODOUTORAL 2014. Já estamos no mês de julho e os docentes afastados apontam que não receberam nenhum mês da bolsa até agora. Inclusive, alguns informaram que irão encurtar o processo de capacitação por conta da ausência deste pagamento.

Uma situação que nada combina com o propósito do Programa de Formação Doutoral Docente - Prodoutoral. De acordo ao site da CAPES, “O Prodoutoral tem como objetivo geral estimular a elaboração e a implementação de estratégias de melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão das IFES de origem, de modo a apoiar esforços institucionais para a capa-

ciação e para o aprimoramento da qualificação dos seus docentes, visando à consolidação de grupos de pesquisa e à formação de programas de pós-graduação”.

Diante da situação apresentada pelos docentes da UFRB, entramos em contato com a CAPES, e fomos informados que a previsão inicial era que as bolsas fossem concedidas a partir de março deste ano. “No entanto, a demanda apresentada no âmbito do Programa extrapolou o orçamento previsto para esse fim, atrasando a divulgação do resultado”, afirmaram.

Ainda segundo a resposta que obtivemos, foi solicitado apoio financeiro das Secretarias de Educação Superior (SESU) e de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação, mas ainda aguardam uma definição.

A Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação (PPGCI), Ana Cristina Fermino Soares, nos confirmou que a CAPES informou à Pró-Reitoria que tiveram uma grande demanda de pedidos de candidatos ao Prodoutoral das IES Brasileiras. “Nesse momento, a PPGCI encaminhou para a lista de docente da UFRB, no dia 26 de maio de 2014, o texto enviado pela CAPES, com a mensa-

gem intitulada ‘Informações sobre o PRODOUTORAL’”, acrescentou Ana Cristina. Assim como nos foi informado, a mensagem enviada pela CAPES à PPGCI explicava que havia sido solicitado apoio financeiro.

Quanto ao não pagamento das férias de quem já está afastado, a Pró-Reitora explicou que este é um esclarecimento que cabe à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal (PROGEP).

Infelizmente, os docentes da UFRB, além de esperar as soluções nacionais, ainda sofrem com os entraves internos que tornam o processo de capacitação e qualificação ainda mais doloroso. Para o professor Herbert Martins, vice-presidente da APUR, os professores da UFRB têm enfrentado inúmeras dificuldades nesse processo. “A capacitação e a qualificação docente têm sido uma penitência na UFRB. Nós da APUR não iremos descansar enquanto não garantirmos os plenos direitos dos docentes da UFRB. Consideramos grave o desrespeito, por exemplo, a direitos constitucionais como as férias”, completou Herbert Martins.



A IMPORTÂNCIA DE FILIAR A APUR A CUT

Mais do que atender o compromisso de campanha de filiar a APUR à CUT, é uma alternativa concreta de aproximar os docentes federais do conjunto dos demais servidores públicos federais e da maioria da classe trabalhadora que está organizada no seio da Central Única dos Trabalhadores.

A cada passo de crescimento e profissionalização da APUR aumenta, proporcionalmente, a sua responsabilidade, e os novos desafios não podem ser realizados de forma isolada. Vai ser junto com os demais trabalhadores que a APUR crescerá e se consolidará como um importante sindicato do Recôncavo, com capilaridade e representatividade não apenas no movimento docente, mas no seio das lutas de toda classe.

A experiência nas paralisações nacionais do ano passado, com a formação do polo sindical em Cruz das Almas, e agora na formação do comitê do Plebiscito para Constituinte para Reforma Política, demonstra a importância da inserção da APUR no cenário sindical nacional e as possibilidades que se abrem. Não podemos ser apenas um sindicato de apoio, precisamos garantir nossa participação ativa e efetiva na maior Central Sindical do País.

Ampliaremos o debate neste semestre para que, em assembleia geral, possamos decidir sobre esse importante passo na consolidação do nosso sindicato.

POR UMA ESTATUINTE, LIVRE, SOBERANA E DEMOCRÁTICA



Um aspecto fundamental para garantir um efetivo processo democrático de estatuinte na UFRB é a participação da comunidade universitária nas diferentes etapas do processo estatuinte (formação de comissões, debates nos centros, eleição de delegados e constituição da assembleia geral do congresso da UFRB), pois somente assim haverá a discussão dos pontos principais da universidade, que produza novos documentos fundamentais da UFRB (estatuto e regimento).

Foi criada uma comissão para organizar o processo estatuinte na UFRB, que tem como meta principal fomentar as discussões nos centros de ensino, bem como organizar a eleição dos delegados que comporão o congresso estatuinte. A APUR e as outras entidades representativas da UFRB (ASSUFBA e CCE) foram sumariamente excluídas da participação da comissão por orientação da reitoria, que aprovou no conselho universitário uma composição muito formalista.

Por sinal, é importante ressaltar que o próprio CONSUNI é uma instância burocrática e antidemocrática que precisa ser totalmente reposicionada nos novos estatutos aprovados no Congresso Estatuinte. De qualquer forma, o movimento docente tem procurado intervir no processo estatuinte, mesmo não tendo a APUR um assento formal na comissão. Através das representações docentes escolhidas nos centros, existe uma intervenção política visando fazer com que a comissão estatuinte efetivamente funcione e o processo estatuinte em suas diferentes etapas possa acontecer.

As assembleias da APUR aprovaram como um dos seus eixos fundamentais na nossa intervenção política em 2014 a luta por uma estatuinte livre, democrática e soberana. Nas reuniões sindicais nos centros, no seminário de avaliação dos nove anos da UFRB e nos debates e discussões organizados pela comunidade universitária a APUR irá impulsionar um movimento para estabelecer uma outra dinâmica na UFRB.

A mobilização por uma UFRB de qualidade passa por um deslocamento importante na relação da atual estrutura vigente na instituição. É importante que as instituições e métodos de funcionamento obsoletos e arcaicos cedam lugar a novas perspectivas. Necessitamos de um funcionamento da UFRB com outros delineamentos, não podemos conviver mais com um modelo de universidade herdado da UFBA, ou seja, estatutos deslocados da nossa realidade.

A comunidade acadêmica da UFRB, bem como o povo do Recôncavo, precisa construir uma nova estrutura de poder na UFRB, não podemos conviver mais com uma estrutura (estatutos, regimentos e modo de gestão e funcionamento) com uma total insuficiência de participação da própria comunidade nas decisões da universidade.

É preciso garantir uma Estatuinte que estabeleça uma UFRB realmente autônoma e não uma instituição subordinada e com pouca ressonância democrática, já passou da hora de mudar.

DILEMAS DE TRABALHAR COM EXTENSÃO NA UFRB: INTENSIFICAÇÃO EM PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO



Muitos docentes tem se dirigido à Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) para registrar as dificuldades encontradas para atuar na extensão. O principal problema relatado é que os recursos conquistados nos editais externos não estão sendo implementados por conta das dificuldades da UFRB em adquirir os equipamentos e materiais no ano de execução dos projetos. Essa queixa se agrava, principalmente, porque para a possível compra e bom andamento das ações, os docentes estão se submetendo a fazer listas extensas de cotações sem contar com o apoio técnico necessário, e muitas vezes são frustradas diante da não aquisição dos mesmos.

Mesmo com essas dificuldades, o protagonismo dos docentes da UFRB na esfera da extensão tem promovido aumento das ações e dos envolvidos nas atividades extensionistas promovidas pela UFRB, o que pode ser confirmado com dados da PROEXT. Um bom exemplo disso é o número de programas e projetos coordenados por docentes submetidos e aprovados nos editais do PROEXT/MEC/SESU.

Na visão do professor Antonio Eduardo Oliveira, secretário da APUR, é necessário que se avance na qualidade das ações de extensão, o que, segundo ele, passa pela qualidade do trabalho dos docentes envolvidos. “As condições de fazer extensão devem ser favoráveis, não podem ser um

fardo que os coordenadores e envolvidos no projeto precisam carregar, principalmente por ser a atividade da universidade com maior contato e diálogo com a comunidade”, completou o secretário.

Antonio Eduardo também sinalizou que as barreiras encontradas para se fazer extensão na universidade pode criar certa resistência por parte dos docentes, modificando o cenário positivo apontado pelos dados da PROEXT: “Nos preocupamos que se crie na UFRB uma resistência de trabalhar na extensão por conta das condições de precarização e de intensificação do trabalho”, afirmou Antonio Eduardo.



ASSÉDIO MORAL E PERSEGUIÇÃO POLITICA NAS UNIVERSIDADES

Nos últimos anos, os registros e denúncias de assédio moral, atitude antisindical e perseguição política têm ampliado nas universidades brasileiras. Como a forma de comprovar, por vezes, é de grande dificuldade, e os prejuízos para vítima podem ser de difícil trato, nos próximos meses a APUR, com apoio do ANDES-SN e da assessoria jurídica do escritório Alino & Roberto, organizará formação específica sobre o tema.

Segue link da Cartilha de Assédio Moral organizada pelo Andes-SN:

http://www.andes-ufsc.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Cartilha-Assedio_moral.pdf

facebook

Acompanhe nossas campanhas e ações de mobilização na página do Facebook
www.facebook.com/perfilapur

EXPEDIENTE



www.apur.org.br

APUR – Associação dos Professores Universitários do Recôncavo - Rua Rui Barbosa, 710 - Cruz das Almas - Bahia, CEP: 44380-000. (75) 3621-4473 - apurdiretoria@gmail.com - Presidente: DAVID ROMÃO TELXEIRA - Vice-Presidente: HERBERT TOLEDO MARTINS - Secretário: ANTÔNIO EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA - Suplente: ALESSANDRA NASSER CAIAFA - Tesouraria: FABIANO MACHADO MARTINS - Suplente: SÉRGIO ANUNCIÇÃO ROCHA - Diretor Executivo: EDER PEREIRA RODRIGUES - Suplente: WILLIAN TITO MAIA SANTOS - Assessoria de Comunicação: ALINE SAMPAIO - Diagramação: JOSÉ MORAIS RODRIGUES. Impressão: GRÁFICA GLOBAL. Tiragem 500.